

**A** presente edição dos *Cadernos da Escola do Legislativo* apresenta temáticas inter-relacionadas, que tratam da importância do envolvimento dos diversos segmentos sociais nos processos político-decisórios para o fortalecimento da democracia participativa, da prática da cidadania e do combate à corrupção. Os artigos selecionados discutem a transparência e a publicidade dos atos do governo, alguns dos mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das políticas públicas por parte da sociedade e, ainda, a formação e a preparação dos cidadãos para uma atuação ativa na política. Todos eles convergem para a necessidade da busca de consensos sociais, de maneira que os problemas que se impõem às democracias atuais possam ser coletivamente confrontados.

Iniciamos com um ensaio de **Leice Garcia** – pós-doutora em Administração e auditora federal de Finanças e Controle da CGU –, elaborado com base em estudos feitos para apresentação no programa *Pensando em Minas*. Após uma aprofundada e oportuna análise de diferentes abordagens teóricas, no campo da Ciência Política, sobre conceitos de corrupção e modelos de enfrentamento dessa questão, a autora problematiza o fenômeno no atual contexto político brasileiro. Segundo ela, apesar do progressivo fortalecimento dos órgãos investigativos e dos sistemas de controle interno dos três Poderes, a participação dos cidadãos na vida política é ainda insuficiente em nosso país. Com efeito, a crescente percepção da corrupção, acompanhada pela queda na confiança nas instituições públicas e na classe política, não se traduz na construção de um pacto social capaz de fazer frente a práticas que privilegiam ganhos privados em detrimento do bem comum. Assim sendo, a corrupção é apre-

sentada por Garcia como um problema sistêmico, que se apoia nessa fragilidade da ação coletiva. A superação de tal cenário passaria por uma consistente mobilização da sociedade civil e pela cooperação entre os atores sociais, incluindo-se os grupos de poder e parte das elites.

A seção posterior é composta de três artigos.

O primeiro deles, fruto de um estudo exploratório conduzido pela pesquisadora **Patrícia Bahia** – especialista em Poder Legislativo e Políticas Públicas – e pelo professor **Alexandre Bossi** – doutor em Contabilidade e Finanças e consultor legislativo da ALMG –, versa sobre a eficácia da Lei de Acesso à Informação (LAI), no que se refere à promoção da transparência passiva. Para tanto, os autores investigam o atendimento oferecido pelos parlamentos de todos os estados da Federação e pelo Legislativo do Distrito Federal, quando acionados virtualmente para prestar informações sobre a atuação parlamentar e o uso dos recursos públicos. Os resultados apontam que há diversos desafios na implementação da LAI. Para que o direito à informação pública seja assegurado, é necessário que se avance no aperfeiçoamento dos canais de interlocução e no comprometimento de entidades e órgãos públicos em atender às demandas dos cidadãos. Além disso, a democratização do acesso a novas tecnologias, a capacitação dos usuários e a conscientização da sociedade não podem ser descuradas, uma vez que a existência de uma legislação sobre a transparência pública não garante, por si só, uma efetiva atuação popular junto às instâncias de representação.

No segundo artigo, o cumprimento da Lei de Acesso a Informação é discutido sob outra ótica, a da transparência ativa. Para tanto, **Enzo Menezes** – jornalista e especialista em Poder Legislativo e Políticas Públicas – e o professor doutor e consultor-geral do TCE/MG, **Bruno de Almeida**, apresentam seu estudo sobre a disponibilização de documentos e a divulgação de dados e informações de interesse público no Portal da Transparência da Assembleia de Minas. A análise toma como parâmetro o Índice de Transparência Legislativa, desenvolvido pela Secretaria de Transparência do Senado Federal. Os autores constatam que,

embora a ALMG cumpra quase 80% dos aspectos avaliados, ainda se faz necessário um aprimoramento dos mecanismos institucionais de divulgação de informações que amplie o acesso aos dados e os apresente de forma organizada e compreensível. Por meio de seu trabalho, esses autores reforçam, portanto, a importância da publicidade das ações governamentais e da prestação de contas por parte da administração pública, em oposição à cultura do sigilo, para o fortalecimento da democracia, a melhoria da gestão pública e o enfrentamento da corrupção.

Fechamos a seção de artigos com as reflexões do professor **José Alcione Bernardes Júnior** – mestre em Direito Constitucional e consultor legislativo da ALMG – sobre o relevante papel das escolas do Legislativo no âmbito do Estado Democrático de Direito e os desafios que se colocam, atualmente, a essas instituições. Tomando como modelo a escola da Assembleia de Minas, pioneira entre os parlamentos estaduais na criação de uma escola de governo, o autor enfatiza a importância da educação legislativa e da formação cidadã para a promoção e a consolidação de práticas democráticas participativas. De fato, lembra ele que a consolidação de uma cultura política e o engajamento popular na esfera pública dependem de uma capacitação da sociedade para tal fim. É nesse sentido que as escolas do Legislativo e sua atuação em redes têm muito a contribuir, uma vez que se propõem a desenvolver não apenas ações de profissionalização dos servidores para o aprimoramento do serviço público, mas também programas de formação política abertos a outros órgãos da administração pública e a diversos grupos sociais. Por meio da promoção de debates, estudos e pesquisas, essas escolas abrem espaço para a reflexão e a difusão de conhecimentos na área das políticas públicas, qualificando o processo de interlocução da sociedade civil com o Parlamento.

Encerramos este número com uma resenha do livro *Como a democracia chega ao fim*, de David Runciman. Nessa seção, a professora **Eleonora Schettini** – doutora em Ciência Política e pesquisadora do Departamento de Ciência Política da UFMG – apresenta e analisa essa obra, cujo foco recai sobre o gradual declínio dos regimes democráticos, inclusive em países política-

mente mais estáveis, seguindo uma tendência global de autocratização. Entre as causas desse fenômeno, estariam desde processos internos à própria democracia, como o enfraquecimento das instituições e o incremento da lógica populista, até o risco de eventos catastróficos de grande alcance, cujo enfrentamento vem perdendo força política, e a própria revolução tecnológica, que, paralelamente aos benefícios, traz impasses relacionados à superexposição dos indivíduos a notícias nem sempre confiáveis, à transferência do debate para fora da esfera pública e à radicalização e superficialidade de posicionamentos. Tal crise só poderá ser superada, na visão de Runciman, pela mobilização e pela ação coletiva de cidadãos ativos, defensores de valores e práticas democráticas, e por uma capacidade renovada de as instituições oferecerem respostas satisfatórias às demandas sociais.

Desejamos a todos uma boa leitura!

**Stefania R. Negri**  
**Editora dos *Cadernos da Escola do Legislativo***